



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 85

Sessão Extraordinária de Junho

1.ª Reunião de 26-06-2009

Aos vinte e seis dias do mês de Junho dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal, Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais: Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Sérgio Pires Loureiro, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Pedro Emanuel Pinho Melo Abreu, Miguel Almeida Dias, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Herculano de Melo Parente, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, Sofia Manuela Almeida Cunha, António Bastos Marques Rodrigues, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Miguel Alexandre de Oliveira Soares Fernandes, Jorge Manuel do Nascimento, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Nelson Ricardo Esteves Peralta e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Luis Claro de Jesus, António Manuel Carvalho Serra Granjeia, Diogo Manuel Santos Soares Machado e Telmo Vieira Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores, Carlos Manuel da Silva Santos, Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Jaime Simões Borges, e António Rocha Andrade.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, João Evangelista Rocha de Almeida, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Joaquim Manuel Silva Marques, José da Cruz Costa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo e Mário Manuel Borges Pereira Pinto, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Pedro Emanuel Pinho Melo Abreu, Miguel Almeida Dias, Ricardo Miguel Dantas Cunha Tavares, Herculano de Melo Parente e Sofia Manuel Almeida Cunha, respectivamente.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Vasco Manuel Dias Lopes, José Carlos Carvalho Pedroso, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva, Vera Maria da Cruz Vieira, Lucinda de Sousa Brandão Pereira, e Paula Cristina Dias Urbano Antunes, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira se fez substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira.

Suspensão de Mandato: nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário, do pedido de suspensão do mandato, apresentado pelo Vogal Carlos Eduardo Maria Martins, eleito na lista do CDS-PP, por um período de 90 dias, compreendido entre 26 de Junho de 2009 e 26 de Setembro de 2009, sendo substituído pelo sucedâneo na lista de candidatura, Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Tomada de Posse: nos termos do artigo 79.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu posse como vogal, ao sucedâneo na lista de candidatura, António Bastos Marques Rodrigues, por falecimento no dia 18 de Junho, do Vogal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

A seguir a Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Extraordinária realizada em Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – A Avenida Dr. Lourenço Peixinho;

Ponto 2. – Parceria Pública entre o Estado Português e o conjunto dos Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Vagos e Sever do Vouga.

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Presidente da Mesa ⁰²

“Como esta é a primeira reunião, ainda que Sessão Extraordinária, após o falecimento de um homem que marcou os destinos deste município, desta região e também uma figura política nacional, não podemos deixar de começar esta nossa Sessão por ouvir os vários grupos municipais, a quem a Mesa dará a oportunidade de uma intervenção por cada grupo, para homenagear o Dr. Carlos Candal.

Depois das intervenções que terão a duração que a Mesa não fixará por razões óbvias, será pronunciado um Voto de Pesar que a Mesa já tem redigido com a colaboração e com o conhecimento dos líderes dos grupos municipais, em homenagem ao Dr. Carlos Candal.”

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰³

“Em nome do Partido Socialista eu gostaria de lembrar esse homem de corpo inteiro que foi o Dr. Carlos Candal, embora me seja muito difícil lembrar a sua memória, porque ainda está muito fresco e eu era muito amigo dele. Quando vinha para cá, vinha inclusivamente a pensar o que é que será uma Assembleia Municipal de Aveiro - eu que me habituei a vê-lo aqui - sem o Dr. Carlos Candal?

Não lhe vou tecer elogios “in memorium” porque a melhor maneira de o honrar é continuar a sua obra. Uma obra de Homem (com H grande), que nunca foi fraco com os fortes, nem nunca foi forte com os fracos.

Um homem que passou a sua vida, grande parte da sua vida, a lutar pelos ideais mais sublimes porque uma pessoa pode lutar, pela liberdade, pela igualdade das pessoas.

Penso que fez bem esta Assembleia em propor um voto em sua memória. Aliás, agindo bem melhor do que outros que não foram capazes de compreender a perda que é para Aveiro de um

homem como o Dr. Carlos Candal; que acima dos seus interesses políticos e partidários sempre colocou a cidade de Aveiro.

Carlos Candal, foi um amigo dedicado, um conselheiro, um guia — foi não, é. E será sempre. E em nome da bancada do Partido Socialista gostaria de aqui mais do que enaltecer as suas qualidades, todos sabem quais foram, gostaria de aqui deixar um grande voto de pesar a todos os aveirenses e particularmente à sua família pelo seu falecimento.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁴

“É com bastante pesar que a bancada do PSD está hoje aqui nesta minha alocução pelo facto do Dr. Carlos Candal nos ter deixado.

O Dr. Carlos Candal que muitos de nós convivemos com ele nesta Assembleia durante doze anos (e isto já na segunda vez que ele regressou à Assembleia, já antes tinha sido membro desta Assembleia, deixou-nos durante algum tempo, depois voltou).

E realmente o seu modo de estar, a sua maneira de estar nesta Assembleia marcava as Assembleias. Aliás, as Assembleias são feitas pelas pessoas que a compõem e o Dr. Carlos Candal marcava as Assembleias; pela sua irreverência que normalmente é conotada com a juventude, mas que ele soube manter, mesmo sendo mais antigo que todos nós.

E por isso eu gostava de o recordar, por esta qualidade de irreverente, no bom sentido. No bom sentido de se ser irreverente e com isso trazer novas ideias e com isso fazer com que os pensamentos possam fluir e possam trazer com eles outras formas também de pensar, de estar..., um lutador, que o Dr. Carlos Candal também foi e um resistente; e até na doença podemos dizer que foi um resistente. Porque também conseguiu resistir com optimismo, por aquilo que também sei, que sempre transmitiu a todos aqueles que lhe eram queridos; e por isso custa-me admitir que o Dr. Carlos Candal alguma vez tivesse inimigos.

O Dr. Carlos Candal tinha muitos adversários, muitos adversários políticos. Nós do PSD, nós fomos seus adversários políticos. E aos adversários políticos nós queremos ganhar, aliás como num jogo e a política para o Dr. Carlos Candal, eu também acho que tinha este aspecto lúdico de ser um jogo, o jogo da política e por isso o Dr. Carlos Candal queria-nos ganhar e nós queríamos ganhar ao Dr. Carlos Candal com os nossos argumentos, neste nosso parlamento local.

E é assim também que quero recordar o Dr. Carlos Candal. Um homem que viveu, que lutou por ideias, que as combatia com argumentos. E é isto que eu espero que as gerações que não tiveram a oportunidade de o conhecer o possam lembrar: um aveirense, que lutou pela sua terra, lutou pelos seus ideais, lutou pelo seu país, lutou pela inserção do seu país na Europa enquanto foi deputado europeu. E por isso retomando as palavras iniciais é com um voto de lamento que sentimos a partida do Dr. Carlos Candal.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰⁵

“Em nome da bancada do CDS/PP, quero aqui expressar a mágoa com que acolhemos a triste notícia do inesperado falecimento do Dr. Carlos Candal.

Já tivemos a oportunidade de referir que da folha de relevantes e briosos serviços que o Dr. Carlos Candal prestou, extraímos a sua entrega à nobre profissão da advocacia, mas acima de tudo, o sentido de missão pública, que sempre soube traduzir na sua intensa e laboriosa intervenção na vida política portuguesa.

Nesta hora invocar a memória do Dr. Carlos Candal, é para nós recordar a sua célebre veia parlamentar e a sua retórica impar que marcaram as suas intervenções nos vários órgãos a que pertenceu, principalmente neste colégio, pois foi aqui que ficaram perpetuadas as suas intervenções repletas de retórica, polémica humor e inteligência.

Temos para nós que o parlamentarismo aveirense perde um tribuno ilustre que disponibilizou inúmeras e acesas discussões políticas nesta Assembleia. Mas também hoje e aqui cumpre recordar Carlos Candal como um servidor da democracia portuguesa.

A tenacidade com que sempre actuou na vida política, bem reveladora do seu carácter forte em combativo, bem como a sua incontestada lealdade em relação aos ideais em que acreditava. Quero aqui também recordar uma das suas principais características que para mim me marcaram, o respeito e a consideração que sempre prestou aos seus adversários políticos, sem desmerecer ou ofender a sua dignidade.

Desejo também aqui hoje recordar as primeiras palavras que ouvi proferidas pelo Dr. Carlos Candal, por ocasião da tomada de posse dos órgãos municipais deste mandato, que para mim ilustram bem a sua devoção política e passo a citar: «ser autarca hoje em dia é cada vez mais um acto de coragem. Ser autarca implica a assunção dos muitos riscos, renúncias e algum estoicismo para lidar na praça pública com toda a espécie de tropelias éticas e mal feitorias medíocres e impunes. Fui autarca sem sentido de sacrifício, porque foi uma honra poder servir o interesse público, e deixo de ser autarca sem que me pese a consciência porque nunca da honra abdiquei na sua perseguição».

Nestes tempos de torpor axiológico de globalização dos problemas e paradigmas, de súbita consciência dos nossos limites ambientais, de perturbadoras novidades na estruturação e no valor do trabalho, de roturas das fronteiras da nossa condição humana, que ainda não sabemos se são rombos ou ganhos da humanidade, tudo marcado pelo frenesim prodigioso da ciência, e exponenciado e acelerado pelas redes comunicacionais, é reconfortante mantermos alguns valores, alguns amigos, algum espaço vital. Aveiro é o nosso espaço vital.

Assim sendo, em nome da bancada do CDS, expressamos publicamente o sentido de pesar e consternação pela morte do Dr. Carlos Candal, subscrevendo naturalmente o voto de pesar que esta Assembleia apresentará à excelentíssima família lutada, com as mais sentidas condolências que endereçamos pelo seu falecimento.”

Vogal António Regala (PCP) ⁹⁶

“Começava por dizer que para mim é um bocado difícil falar de Carlos Candal!

É um bocado difícil porque Carlos Candal, - e eu vou tratar por Carlos Candal e não Dr. Carlos Candal, que ele comigo fez algumas vezes questão de que eu o tratasse por Carlos Candal.

Carlos Candal era um amigo de longa data e é bom lembramo-nos aqui que antes de ele ter sido um tribuno eloquente, um membro do Partido Socialista, que o era, foi um anti-fascista, um lutador pela liberdade e pela paz. E nessa perspectiva Carlos Candal passou alguns maus bocados, pôs em risco a sua profissão e inclusivamente a ele também, hoje, nós todos, devemos-lhe parte da liberdade que vivemos.

O Partido Comunista Português fez questão de dar nota do seu sentimento perante o falecimento precoce (achamos nós), de Carlos Candal. Independentemente daquilo que nos opunha, independentemente das questões com que não concordávamos, o Carlos Candal era efectivamente um democrata e é nesse aspecto que o considerávamos.

E é bem verdade (e para terminar), que o Carlos Candal continuará vivo em Aveiro e continuará vivo para a luta pela paz, pela liberdade e pela democracia.”

Vogal Nelson Peralta (BE) ⁹⁷

“O Bloco de Esquerda associa-se naturalmente a este momento de pesar e subscreve o voto de pesar, que será posto à consideração daqui a minutos.

Carlos Candal foi de facto um lutador antifascista, um dinâmico lutador pela democracia e pela liberdade e na altura, na época, onde era mais difícil lutar pela liberdade.

Onde lutar pela liberdade era pôr em causa a própria vida. Carlos Candal não se intimidou e foi de facto um lutador pela democracia que hoje temos.

Posto isto, quero deixar uma sentida palavra de solidariedade para com a sua família e os entes queridos neste momento difícil.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁸

“Apenas para comungar das palavras já aqui proferidas pelos diferentes líderes das diferentes bancadas. Foi naturalmente um acontecimento triste e doloroso que vivemos, foi uma perda para Aveiro. Aveiro concelho, Aveiro região.

Era um homem frontal, era um homem firme nas suas convicções; defendia causas, defendeu muito a liberdade e defendeu Aveiro. Foi uma vida que valeu a pena ser vivida!

Deixou marcas indeléveis e o seu nome, a sua vida, o seu exemplo serão sempre recordados com muita saudade por todos nós. Aliás, acho que é notável tendo tido aqui tantos adversários durante tantos anos, tenha no final cada um aqui, como um grande amigo, com muita consideração.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁹

“Voto de Pesar pelo Falecimento de Carlos Candal:

«Foi com enorme consternação e pesar que tomámos conhecimento do falecimento do Dr. Carlos Manuel Natividade da Costa Candal. Era presentemente membro desta Assembleia, mas foi Presidente da Mesa da Assembleia em dois mandatos consecutivos de 1997/2005, tendo sido um autarca exemplar.

Foi um dos participantes no III Congresso de Oposição Democrata em Aveiro, em 1973.

Depois de 1974, foi eleito à Assembleia Constituinte pelo Distrito de Aveiro, tendo sido reeleito depois nas I, II, IV, V, e VI legislatura. Foi um democrata, um combatente pela liberdade, um político inteligente e íntegro que dignificou a política portuguesa e aveirense.

A Assembleia Municipal de Aveiro presta sentida homenagem à memória de Carlos Candal, Lamentando profundamente a sua perda, pelo que muito contribuiu para a construção do Portugal Democrático.

A Assembleia Municipal de Aveiro apresenta um sentido voto de pesar, pelo falecimento de Carlos Candal, apresentando as mais sentidas condolências à sua Esposa, Filho, Família e ao Partido Socialista de Aveiro.

Aveiro, sede da Assembleia Municipal.

A Mesa da Assembleia Municipal de Aveiro»”

Seguidamente, a Presidente da Mesa colocou à votação do plenário o Voto de Pesar, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Sendo de seguida feito um minuto de silêncio.

Presidente da Mesa ⁰¹⁰

PONTO 1 – AVENIDA DR.º LOURENÇO PEIXINHO

(Este ponto da Ordem-do-Dia foi agendado pela Mesa da Assembleia, para discussão e intervenção pública do assunto em epígrafe.)

Presidente da Câmara ⁰¹¹

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰¹²

Seguidamente, a Presidente da Mesa deu a palavra aos convidados para intervirem nesta reunião, na seguinte ordem:

Convidados:

Câmara Municipal de Aveiro – *Dr. António Soares* ⁰¹³

Associação Comercial de Aveiro – *Dr. Jorge Silva* ⁰¹⁴

Concluídas estas intervenções, pediu a palavra o vogal:

Membros da Assembleia

Vogal António Regala (PCP) ⁰¹⁵

“Senhora Presidente, nós sabemos que muitos dos assistentes desta assembleia, que são muito bem-vindos, têm a ver com o segundo ponto da ordem de trabalhos desta Assembleia que fala da água e são trabalhadores dos serviços municipalizados. Nesta perspectiva e atendendo à importância que o ponto da Avenida tem, e às exposições técnicas que estão a ser feitas e ao alongamento que essas nós já prevíamos que fossem, acho que devíamos decidir desde já se se faz hoje o segundo ponto no sentido de avisar as pessoas para que as pessoas não sejam apanhadas de surpresa e terem depois outra sessão para assistir.”

Seguidamente, a Presidente da Mesa⁰¹⁶, nos termos regimentais, interrompeu os trabalhos.

Retomados os trabalhos, a Presidente da Mesa⁰¹⁷, informou o plenário e o público presente, que o Ponto 2 - Parceria Pública entre o Estado Português e o conjunto dos Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Vagos e Sever do Vouga, será discutido numa próxima reunião para esta Sessão Extraordinária, que se realizará no dia 01 de Julho (quarta-feira).

Continuando, a Presidente da Mesa deu a palavra aos convidados para intervirem nesta reunião, na seguinte ordem:

Convidados:

Os Amigos da Avenida – *Prof. José Mota* ⁰¹⁸

Gabinete Arquitectura D’Aveiro – *Eng.º Estrela Esteves* ⁰¹⁹

Núcleo de Arquitectos de Aveiro – *Arq.º Ricardo Melo* ⁰²⁰

Delegação Distrital de Aveiro da Ordem dos Engenheiros — *Eng.º António Canas* ⁰²¹

Presidente da Mesa ⁰²²

Seguidamente, a Presidente da Mesa colocou à votação o prolongamento dos trabalhos para além da meia-noite, sendo o mesmo aprovado por maioria.

De seguida usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰²³

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁴

“Avenida Dr. Lourenço Peixinho: o passado; o presente; o futuro — no sentir da freguesia. Há 8 meses promoveu-se um Seminário de participação pública para discutir o futuro da Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Na minha intervenção foquei algumas ideias base. Começava por chamar a atenção: O Projecto Avenida tem que começar sempre por uma decisão política Autárquica.

Chamei a atenção que temos vindo a assistir à completa degradação da Cidade, e por nada se fazer a destruição da Avenida virou vergonha municipal.

Chamei mais uma vez a atenção da imagem vergonhosa da Praça Joaquim Melo Freitas, mesmo ao lado da sede da Região Turismo. É um prédio propriedade da Câmara e por isso cheguei a perguntar se serão as novas muralhas da cidade, para turista ver. Sugeri mais que uma vez a colocação de uma tela para tapar aquela imagem. Realmente tem havido muita distração! Na minha intervenção de reflexão, dei ideias objectivas e entre outras, disse que é fundamental um guião para toda a Avenida - Um programa/Plano Programático, elaborado com coerência e devidamente concertado com todos os agentes.

Para conduzir este processo é necessário uma liderança específica, com o devido enquadramento para o efeito. Esta liderança tem que ser política autarquia e técnica.

Disse que é necessário, de imediato, uma equipa de missão, que proceda à elaboração de um Programa global e preliminar de acção, depois de ouvidos, para o efeito, os principais representantes dos diferentes tipos de agentes envolvidos.

Terminava, dizendo: agora só é preciso que a Câmara se assuma politicamente, com objectividade, numa estratégia bem definida.

Passaram-se 8 meses, continuamos na expectativa.

Esperávamos sempre que a Câmara apresentasse o seu projecto, a sua ideia.

Foi-nos dado sempre um paliativo. Nada se pode fazer, nada se pode discutir, sem uma base de apoio para se poder fazer uma discussão correcta.

Tem que existir um projecto político/técnico. Sem esta base andamos todos enganados.

A Câmara tem que assumir de princípio a vontade política de uma ideia base. Temos a consciência que a Câmara, o Sr. Presidente, já tem essa ideia; deve transmiti-la.

Uma Avenida com árvores ou sem árvores, com túnel ou sem túnel, com carros ou sem carros.

A Câmara para nos entreter, arranjou-nos um programa que tem sido apresentado ao tempo.

Vejam os:

Em 1977 - Lança a ideia de um parque de estacionamento subterrâneo para a Avenida. Este parque foi aprovado em reunião de Câmara e ratificado em Assembleia Municipal.

Em 2008 - Promove um Seminário para discutir o futuro da Avenida.

Em 2008 - Houve um debate político na Rádio Terra Nova.

Em 2009 - Janeiro - A Câmara avança com um Projecto de benefícios fiscais, para beneficiar quem fizesse obras de beneficiação nos prédios — pelos vistos ninguém aproveitou!?

Entretanto, o Sr. Presidente vai dizendo que em 2010 arranca com a Avenida sem apresentar a sua ideia ou projecto.

Em 2009, passados 8 meses, apresentam as conclusões do Seminário. Entretanto nada se fez e a Avenida continua a degradar-se.

Pelo meio fomos dando sugestões para apoio aos proprietários e residentes. Tais como: uma candidatura através do QREN para benefício dos imóveis; canalizar o IMI e receitas dos parómetros, para benefício dos proprietários; diminuição do valor das licenças de ocupação da via pública para quem fizesse obras.

É bom alertar as pessoas, que se perderam oportunidades.

Ao pensar-se a Avenida - devia pensar-se com uma visão estratégica da Cidade. E, ao pensar-se no Parque da Sustentabilidade, tinham a obrigação de meter no projecto a envolvente que vai da Estação até à Ria.

O Parque de Sustentabilidade foi implementado para um programa de políticas de cidades no QREN, ou seja, parcerias para a Regeneração Urbana.

Em 4 anos nada se fez para beneficiar a Avenida, muitas vezes com o argumento da crise financeira.

Entretanto, quando nos deparamos com o único instrumento de financiamento em Regeneração Urbana, este não tem em conta os elementos mais relevantes da Avenida.

A Câmara fez uma candidatura onde foi buscar 14 milhões de euros, mas esqueceram-se de canalizar alguns destes milhões para resolver os problemas estruturais da cidade e os seus elementos mais relevantes, ou seja, a Avenida e a Ria.

Não se esqueçam que a Ria, devido à sua imagem de degradação, não foi aceite na Estratégia Nacional de Turismo.

Fala-se da Ria, fala-se da Avenida. A partir daqui, não podemos mais ficar na expectativa sobre a requalificação da Avenida. Continuamos com os problemas financeiros. Não podemos candidatar-nos a mais programas de financiamento, em projectos de políticas de Regeneração Urbana.

Neste momento, a nosso ver, a Avenida só pode ser projectada através de Parcerias Público/Privadas. Atenção, o Projecto do túnel ainda não foi abandonado!

A Câmara também tem projectos concluídos sobre a Avenida, que ainda não nos foram apresentados.

Acabe-se de uma vez por todas, com discussões avulsas, tipo paliativos, sobre a Avenida.

Já assistimos a quatro sessões a discutir a Avenida. É altura de dizer BASTA! Vamos produzir, vamos ao trabalho, vamos reconstruir a Avenida.”

Vogal António Rodrigues (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [025](#)

“Senhora Presidente, Ex.ma Câmara, questionei em seis assembleias anteriores o Senhor Presidente da Câmara, na perspectiva de saber qual era a ideia de Polis. Qual é a ideia de cidade e de seu governo. Levantei duas vezes a questão da Avenida por conta de facto da imagem e das empenas.

Gostei imenso de todas as intervenções dos concidadãos que aqui representaram alguns interesses e algumas ideias, contribuindo para que se reformule e se reflita sobre o desenvolvimento da cidade. Quero manifestar algum interesse sobre esse aspecto, porque sou titular de alguns solos na avenida, e preocupado com a salubridade que lá existe por conta da falta de desenho, da falta de ideias, e correndo o risco de não transformar a avenida num espaço economicamente viável em termos urbanos e de qualidade para os aveirenses. E tornar-se como aqui já disse, nas pequenas hortas da cidade e onde graça já hoje um risco elevado (as ratazanas); o senhor Presidente sabe disso. E é necessário por essa via, os técnicos, e particularmente tal como o Eng.º José Manuel Estrela Esteves aqui apresentou, é necessário um conjunto de intervenções que tenham também em conta não esta definição de cércias que aqui estão representadas, muito bem apresentadas pelo Dr. António Soares, mas perspectivar também esta questão de resolver as empenas que ficarão e de dar condições de viabilidade económica para qualquer desenvolvimento de plano que os técnicos tenham por bem apadrinhado.

E era nesta perspectiva que eu queria saber se o senhor Presidente da Câmara aceita o desafio de dizer, uma única vez que seja, o que é que quer para a Avenida, o que é que quer para Aveiro? Porque relativamente a esta matéria e a todas as questões que previamente e anteriormente fizemos, o senhor Presidente de Câmara aos autos respondeu sempre, nada! Hoje, quero crer, que deve uma palavra aos aveirenses e deve ser devidamente esclarecedor. Temos de saber o que é que o senhor Presidente de Câmara quer, ou pensa, que Aveiro pode ser. Disse.”

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [026](#)

“Eu não vou fazer discursos de Campanha. Também não serei politicamente muito correcto, mas também quando perdemos o direito de ser diferentes, perdemos o privilégio de ser livres e disso eu não abdicó.

Neste debate já ouvimos múltiplas opiniões técnicas, de quem está na área comercial, de um grupo de cidadãos, cabendo ao poder político ou sobretudo ao poder político decidir obviamente baseado ou tendencialmente baseado nas opiniões e opções ouvidas.

Agora eu que faço parte desse grupo de responsáveis políticos, que resido aqui a poucos metros, portanto que sinto a avenida todos os dias e que a conheço a todas as horas e que por força da minha actividade comercial, conheço o desenvolvimento do comércio e dos serviços que são a força e o coração da Avenida, conheço essa actividade comercial nos últimos vinte anos entre Douro e Tejo, devo dizer-vos contrariamente a algumas filosofias que foram aqui expostas ou a algumas ideias, que retirar a facilidade do estacionamento de grande proximidade da Avenida é matar a Avenida. Goste-se ou não se goste da ideia, é matá-la!

E portanto aquilo que vos digo é assim, que todos concordamos (penso ser unânime), que é fundamental tirar a qualidade estruturante do tráfego que passa pela Avenida, isso penso ser realmente unânime. Agora tirarem os carros da Avenida, nem que seja subterrâneo, próximo das lojas? Não façam isso! É matar a Avenida!

Devo dizer-lhes para concluir esta questão dos carros, que por esse país fora nestes tempos de crise, a primeira política que os shopping's adoptaram foi abolir o pagamento do estacionamento nessas áreas comerciais. Eu acho que isso diz tudo!

Outra alerta, fala-se por vezes em animação de rua, trazer animação para a rua, actividades culturais, etc., etc., etc. Eu pergunto, quem paga? Isso é tendencialmente caro e é tendencialmente efémero. Isso não é propriamente aquilo que os comerciantes querem, porque os comerciantes também não vão querer pagar essa factura.

Agora, e já agora dirigindo-me aos comerciantes, enfim também poderei ser suspeito nessa área, mas há algo, há uma coisa que pode ser feita já, e que penso eu a Associação Comercial terá um papel fundamental na sensibilização das pessoas.

No passado dia 11 de Junho, percorri a pé a Avenida nos dois sentidos e excluindo os espaços devolutos e aqueles que pelas suas características, nomeadamente ourivesarias que têm grades ou outras coisas do género, deduzindo esses, eu descobri entre aspas 31 espaços comerciais ou de serviços às escuras. Completamente às escuras, às 22 horas!

Agora, nós podemos mudar muitas coisas, mas se as pessoas que estão na Avenida, os principais interessados não mudarem as mentalidades, nós podemos mudar o mundo mas não vai mudar nada para eles.”

Vogal João Pedroso (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [027](#)

“E nesta primeira sessão após o falecimento do Dr. Carlos Candal penso que não poderia haver melhor homenagem que estarmos a discutir o desenvolvimento do futuro da cidade de Aveiro, centrado na avenida, local onde ele morava.

Por isso estava agendado, mas penso que é consensual que é o melhor serviço público de debate à cidadania que nós podíamos ter criado, é a melhor homenagem que lhe podíamos fazer.

Pela minha parte, entendo que devo vir a este debate, levando quase cinquenta anos nesta cidade e fiquei preocupado com várias questões que aqui foram colocadas.

Primeiro e permitam-me, não posso reduzir a intervenção das pessoas que ai hoje estiveram uma palavra, mas permita-me para podermos conversar, que o faça. A Câmara reduz a sua intervenção através de uma intervenção de cariz técnico até agora, em que os trinta princípios são relativamente consensuais e tentar criar uma base de dados, para a qual se possa fazer o trabalho, mas não existe dos trinta princípios algo que possa diferenciar um projecto de desenvolvimento da avenida, que não seja a base de dados para criar o grupo de trabalho que o faça. Estes trinta princípios em si são um suporte, são a base, não são nada que permita desenvolver um projecto para a avenida no sentido das opções — permite-o desenvolver no sentido técnico.

Em segundo lugar, obviamente, o Dr. Jorge Silva, com quem também já tive o prazer de discutir este assunto, traz-nos obviamente um projecto moderno, no sentido de criar um passeio público comercial e por isso obviamente e como bem o disse, não o escondeu: “trago-vos aqui na perspectiva comercial o que é melhor para a avenida.”

E por isso resume-se um projecto a algo que temos que retirar dum grande passeio público, uma grande rambla de Barcelona, que seja comercial para a nossa cidade.

Pelo contrário o Grupo Amigos da Avenida, com a qual estive agora pela primeira vez em contacto, traz algo mais difícil de trabalhar, que é diria: tentando resumir o conceito que é difícil, traz-nos uma perspectiva de experimentação, de vivências plurais, de várias soluções de construção sobre essas várias soluções. Se quisermos traz-nos um projecto que traz vida para a avenida, que tem que ser trabalhada nas várias soluções que têm que se desenvolver em termos de arquitectura, de engenharia, de decisão.

O Sr. Eng.º Estrela Esteves e o Sr. Eng.º Canas, é injusto da minha parte reduzir a intervenção deles, mas a grande tónica tem a ver com a mobilidade e as acessibilidades com as pessoas que lá vivem neste momento, facilitar toda a vivência no actual paradigma do uso do carro, embora com uma ideia que me seduz, aquele espaço cénico de água, junto da qual se vê a casa Major Pessoa entre as duas pontes é na realidade uma grande ideia e o Senhor Eng.º diz que há direitos de autor e sobre espaço cénico obviamente deve haver direitos de autor.

Perante isto o que eu gostaria agora nesta ou noutra sessão, para debater aqui, debater publicamente, é saber, tendo a Câmara neste momento a base técnica dos princípios, a base de dados, o diagnóstico, qual é a ideia política que nós vamos ter para a nossa cidade. Vamos acompanhar a proposta do Dr. Jorge Silva? Vamos acompanhar a proposta dos amigos de Aveiro? Vamos acompanhar a proposta essencialmente centrada na mobilidade? Vamos fazer um mix? Como é que nós vamos fazer a opção?

E é essa formação da opção do processo político que neste momento está em questão.

E por isso diria falta-nos uma coisa, falta-nos o PowerPoint da Câmara, com as ideias, porque o PowerPoint que o Dr. António Soares tem todo o mérito, mas não é o powerpoint das ideias sobre a qual vai haver decisão.

É obvio que eu estou convencido que vamos ter que aproveitar ideias da mobilidade, ideias do passeio público, ideias da experimentação, ideias da vida, tenho uma grande abordagem plural sobre isso, mas é diferente conforme a opção que nós tivermos.

A opção do Eng.º Estrela Esteves, é incompatível com a opção da Associação Comercial de Aveiro na sua vertente radical, e por isso aqui onde nos situamos? E obviamente há a questão dos solos. Há a questão das ratazanas.

Sendo assim, eu acho que o processo político de decisão sobre Aveiro, aquilo que é o espaço de cidadania está no início. Este processo, o que houve até agora foram iniciativas desgarradas. Mérito à Senhora Presidente, mérito ao Senhor Presidente, temos um início de um processo político. Se somos coerentes com este início então agora, penso eu, há que formar um conceito para o que queremos da avenida.

Esse conceito, quem tem legitimidade para o propor é a Câmara Municipal, esta ou a próxima e sobre isso temos que o debater.

Há que depois a seguir a isso, obviamente não tenho dúvidas, a Câmara tem que ter uma unidade de missão interna, chama-se gabinete técnico ou unidade de missão, é-me irrelevante, é uma questão estrutural. Mas se tiver uma unidade de missão interna, que conduza o processo sozinho é o caminho do autismo e por isso não tenho dúvidas que essa unidade vai ter que ter, e nos processos de decisão política sobre as cidades modernas, a par das unidades técnicas que vão ajudando à gestão do político, são criados os grupos de acompanhamento, são criados os conselhos, as parcerias, e que eu acho que não devem ser desgarrados, devem ser institucionais.

A proposta dos Amigos da Avenida é interessante, tenha este ou não este formato institucional, mas não tenho dúvidas que deve haver a tentativa de formação de uma ideia sobre o

desenvolvimento da cidade e da avenida, sobre a qual vimos que é um erro se nós assumirmos que todos estes pontos estamos todos de acordo, não estamos, e alguém vai ter que decidir. E por isso decidindo, obviamente conciliando o possível, e por isso eu acho que tem que haver um gabinete técnico. Acho que tem que haver um acompanhamento político que cabe a esta Assembleia, que deve ter alguém a acompanhar politicamente o processo e deve haver o acompanhamento de participação dos cidadãos; e isso deve ser institucionalizado.

Estamos a falar algo que vai ser o futuro dos nossos filhos e por isso diria preocupa-me que este processo político tenha isto a funcionar, como disse o João Barbosa, não de forma desgarrada, mas de forma institucionalizada, conseqüente e seguida; e estas entidades Gabinete Técnico, Gabinete de Acompanhamento, Acompanhamento da Assembleia, a Câmara a fazer propostas, deve ser desenvolvida a partir de agora, porque o documento que a Câmara nos apresenta não é mais que o diagnóstico e o ponto zero da questão.

E como diz o Ricardo Melo, é necessário uma grande intervenção ambiciosa. E hoje na modernização das cidades, nós temos que ter algo que puxe pela intervenção, algo que seja a ideia, seja do espaço cénico, seja a ideia de um móvel urbano altamente vistoso, obviamente não podemos fazer aqui o Museu de Bilbao no meio da avenida, mas é o exemplo que eu quero dar, de algo que é diferenciador e temos que ter, além dessa participação pública e por isso acompanhar claramente que havendo a ideia política debatida, havendo um grupo técnico de unidade de missão dentro da Câmara, havendo a participação da Assembleia e dos cidadãos é óbvio que isto tem que ir lá por concurso público.

E aí a sapiência da proposta do Arquitecto Ricardo Melo, isto é, há um trabalho de arquitectura, de engenharia, de inclusão social, que não passa unicamente porque isto não seja feito deste modo, porque só assim promove o debate.

Sendo assim a Assembleia está de parabéns, eu estou muito feliz por ter homenageado o Dr. Carlos Candal com esta Assembleia, e com esta minha intervenção, cabe agora a cada um de nós desempenhar o seu papel.”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [028](#)

“Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, uma vez mais se cumpre nesta casa o feliz exercício de cidadania.

O facto de nos ser permitido novamente discutir os conceitos estratégicos referentes ao futuro da avenida Lourenço Peixinho, é só por si indicador da forma aberta e disponível com que esta Assembleia Municipal encara e acolhe os valores da verdadeira urbanidade.

É sempre de sublimar o facto de se tornar possível trazer ao processo de reflexão da Avenida, centro nevrálgico e espaço cívico por excelência de Aveiro, não só da Câmara, não só dos membros da Assembleia, mas também das entidades e dos cidadãos interessados as verdadeiras forças vivas do concelho.

Tornar o cidadão parte integrante neste processo, é a forma mais correcta de proceder com vista a encontrar-se uma mais cabal e ponderada solução de intervenção na avenida Lourenço Peixinho, pois as soluções surgem numa lógica de partilha colectiva. Não poderemos deixar de aqui e agora felicitar este executivo, porque não se fechou em si para procurar uma solução comprometida para a avenida e importa sublinhar o apreço demonstrado por esta Câmara, para com os cidadãos porquanto nos apresenta hoje um documento não fechado, não um projecto concluído, mas tão só uma triagem conceptual e programática, resultado da auscultação ponderada de consensos.

Entendemos ser este o documento importante, porque permitirá balizar a área de intervenção técnica, que se apresentará em face subsequente.

Consideramos importante as exposições anteriores esplanadas, porque são mais um reflexo e uma reflexão, um contributo, um ponto de vista que enriquece as demais reflexões que têm vindo a ser feitas em torno da Avenida Lourenço Peixinho. Contudo deixo aqui bem claro que

este momento não é o momento para dar desenho à avenida, um desenho urbano ou arquitectónico. Importa muito mais agora investir na abordagem do desenho, dos conceitos de intervenção, dando-se primazia a um programa bem consubstanciado.

Importa também referir que este momento que nos une em torno da Avenida, não pode ser encarada como um início de um procedimento. Não se pode desconsiderar ou desmerecer o trabalho paulatino desta Câmara particularmente os seus técnicos.

Não há aqui os mais hábeis, ali os mais inábeis e débeis, os destituídos de pensamento. Não se pense que nunca ninguém pensou a avenida. Bem sei que alguns técnicos quando chamados a pronunciar-se sobre estas matérias, não se contêm em pensamentos. As ideias transfiguram-se, e transportam-se para um imaginário tridimensional que geralmente se precipita no papel. Também nos apetecia ultrapassar o domínio das reflexões e torná-las em projecto. Não é este o lugar, nem o momento para apresentar qualquer formalização ou proposta, nem nos cabe a nós esse papel.

Qualquer intervenção urbana, obriga a um trabalho técnico ponderado exaustivo quanto possível, que não poderá quedar-se num mero exercício intelectual de circunstância. Uma boa proposta está geralmente ancorada a uma boa análise e um ajuizado diagnóstico da realidade. E este diagnóstico parece estar feito.

Contrariamente ao referido pelo Senhor Deputado Pedroso, julgo que em termos operativos esta Câmara apostou bem, num criterioso método baseado em conceitos claros que se tornarão rapidamente sólidos, com base num desenho urbano de qualidade que alguém saberá entender e desenhar.

Já tive oportunidade de apresentar o meu contributo em vários momentos nesta Assembleia e no Seminário do Futuro da Avenida Lourenço Peixinho, processo de participação pública e por isso não irei agora tecer muitas considerações sobre o assunto.

Gostaria no entanto de relevar as propostas aqui apresentadas pela Câmara Municipal, essencialmente referente à possibilidade de ser criado um GTL - Gabinete Técnico Local para a execução deste trabalho. A Câmara pondera também a alternativa a criação do gabinete de reabilitação urbana com a prata da casa. O meu colega do núcleo dos arquitectos de Aveiro aponta para um outro caminho, concurso público de ideias, que julgo também ser de considerar.

Manifesto aqui uma vez mais a nossa opinião relativamente a esta questão. Entendemos que a criação de um GTL será uma aposta forte, que à partida garantirá um efeito mais produtivo, através de uma equipa multidisciplinar, configurada de raiz e financiada a 75% pelo programa PRAUD/GTL, capaz de captar a curto prazo diversos financiamentos disponíveis

Não significa isto a diminuição das outras duas soluções referidas. Acontece que um Gabinete de Reabilitação Urbana constituído por técnicos integrados na Câmara, não obstante a sua reconhecida qualidade e zelo, não poderia garantir essa missão como única, por não poderem desvincular-se de outros trabalhos que têm em mãos.

Um concurso público de ideias também dá garantias de que as intervenções resultam de projectos diversos, geralmente inovadores e por isso seria possível encontrar uma solução eficaz para a avenida.

A minha proposta vai no sentido da criação de um GTL, porque várias são as vantagens daí tiradas, sinteticamente refiro-me: os casos de maior sucesso que conheço em Portugal em matéria de revitalização urbanística em áreas urbanas degradadas, foram e são elaboradas por gabinetes técnicos locais, sendo os mais emblemáticos, o GTL de Guimarães coordenado pela Senhora Arquitecta Alexandra Gesta, o GTL de Vila do Conde pelo Senhor Arquitecto Maia Gomes e em Évora por um colega que neste momento não me ocorre o nome.

Muitos outros GTL's configuram uns bons exemplos de trabalho produzidos por equipas multidisciplinares. Os primeiros que tiveram maior visibilidade, porque terminado o seu período de vigência máximo de dois anos, foram absorvidos pelas respectivas Câmaras, sem

serem desmembrados, foram até reforçados permitindo-lhes um trabalho continuado e que os torna referência internacional.

Eu deixo aqui também o meu testemunho, porque efectivamente já tive oportunidade de coordenar dois GTL's, penso que é uma oportunidade que poderá ser perdida, não candidatar a zona histórica de Aveiro, eventualmente a Avenida Lourenço Peixinho e eventualmente outros centros urbanos de relevância, nomeadamente centros de Juntas de Freguesia ao programa PRAUD/GTL, porque como disse anteriormente, este é um programa que logo à partida paga 75% dos funcionários, dos técnicos, são uma equipa multidisciplinar; paga as instalações também a 75% e permite em fase posterior eventualmente candidatar o trabalho, obras a um outro programa que é o PRAUD/GTL - Obras a 25%, sendo que esse financiamento poderá ser acumulável por outros financiamentos permitidos neste momento na nossa legislação.

Estas equipas multidisciplinares garantem a execução eventualmente caso seja necessário de um plano de salvaguarda que julgo ser necessário para esta zona, garantem a execução do projecto físico e garantem o acompanhamento das obras em referência.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) [029](#)

Vogal António Regala (PCP) [030](#)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [031](#)

“Eu neste momento estou aqui mais para ouvir do que para dar uma opinião, que eu julgo todos temos para dar sobre a avenida — e acho importante que a tenha-mos. Direi que se calhar fossemos ouvir a opinião de cada um de nós, todas eram diferentes.

Desde já importa relevar a importância desta apresentação, deste tempo que nós temos para avaliar a apresentação das várias ideias. Porque de facto todas são importantes e merecedoras de reflexão. Da análise que eu posso fazer das propostas apresentadas, eu escolheria pontos de umas e pontos de outras. Porque de facto todas elas trazem de facto situações bastantes interessantes. Mas diria assim, numa análise muito superficial, que não colocaria uma rua para um lado e uma rua para outro, porque se avariasses um carro era um problema. Portanto, no mínimo acho que avenida deverá ter duas faixas para cada um dos lados. Mas isto é uma opinião muito pessoal que não vou discutir.

As apresentações mostram de factos as diferentes filosofias que dependem dos interesses dos seus interlocutores, quer parecer-me. Existem aqui as opiniões dos comerciantes, as opiniões dos moradores, as até as meras opiniões dos atravessadores da avenida.

Mas o que temos de definir é que de facto há consenso de facto nas suas bases: a reabilitação da avenida; os seus equipamentos; o dinamismo comercial; a cultura; a necessidade das casas ocupadas. Toda a gente julgo que estará de acordo com isto.

Em facto do referido só há de facto uma solução em minha opinião que é estabelecer princípios e limites de actuação. É de facto importante que a Câmara ou o gabinete que vier a estudar possam basear o estudo nestes princípios que aqui foram expostos.

Com base na estratégia e no que de facto se pretender, ou seja: Avenida ou é um local de passagem? Ou a avenida é um local de destino? Destino comercial, destino cultural. Há que de facto decidir se é uma se é outra coisa porque querer-me parecer que é difícil ser as duas simultaneamente.

Em face disto, a Câmara Municipal tem de facto uma tarefa difícil para resolver, tendo em conta a diversidade aqui representada.

Parece-me no entanto que se deve discutir tudo e é este o momento para se discutir.

A decisão política, acho que a Câmara a faça com muita calma e com muita ponderação. Porque de facto quando essa decisão ocorrer vamos à luta e vamos à obra. Muito Obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³²

“Gostaria de agradecer aos aveirenses que aqui vieram dar os seus contributos sobre o que fazer à Avenida.

Concordo só com algumas opiniões que aqui foram dadas, fornecem-nos contributos e uma base e nalguns casos até inclusivamente, uma base prática para se começar a trabalhar em cima dela.

Já quanto à posição da Câmara que foi apresentada pelo porta-voz da Câmara penso que é o Sr. Dr. António Soares e com uma ideia que disse pouco mais que banalidades, espremido, espremido o que disse, não deita nada. Quase que não justifica os trinta e três mil euros do ajuste directo que foi feito com ele para poder fazer estas coisas!

E às vezes vêm estes..., esta Câmara volta e meia dá estes arranques, mas arranca com uma ideia nova cada vez que perde três ideias ou quatro! O Metro de Superfície foi ao ar! Não sei o que é que aconteceu à tal parceria pública ou privada que ia fazer aqui nesta mesma zona, os parques de estacionamento e não sei quantas mais..., Ah o LIDL também, mas esse foi uma coisa pouca, também nos foi prometido aqui que vinha para Aveiro, só que se sabe que foi para Águeda, mas enfim, nós já estamos habituados a isso, fala-se, fala-se, fala-se!

E enquanto se fala nomeadamente sobre a avenida, a avenida está cada vez mais feia. Quem conheceu a avenida e quem conhece, há trinta ou quarenta anos, e quem conhece hoje, sabe que cada vez está mais feia. Foram construídos uma série de mamarrachos, cada um pior que o anterior e as casinhas que efectivamente ou as casas do modelo original da avenida, aquelas que valia a pena aguentar, estão podres, a cair, com rataria etc. etc. Não, não, aconteceu nos últimos trinta anos! Não, não estou a dizer que foi hoje, eu estou a dizer que desde que eu me lembro, a ideia que eu tenho de avenida melhor foi a primeira que vi! Foi a primeira que vi e cada ano piora.

E obviamente piora por várias razões, efectivamente pela sede de ganhar dinheiro com mais área construtiva, com enfim alguns projectos falhados de alguns arquitectos que de facto, há alguns prédios que são de facto feios! Muito feios, até e a Câmara diz: “pronto, vai-se pensar, temos uns princípios pelo que vamos pensar e tal, e assim continua.”

O meu colega Pedroso perguntou aqui, se calhar ingenuamente, qual é a ideia da Câmara? E a Câmara não lhe vai responder, mas eu respondo-lhe: - nenhuma! Nenhuma!

E se a avenida está cada vez mais feia e se a zona mais antiga da cidade está cada vez mais feia, urge e era fácil tomar medidas políticas que pelo menos impedissem a degradação desses locais e as medidas são fáceis, toda a gente as conhece. Uma das medidas que normalmente é tomada por essa Europa fora, é a medida ao nível da área construtiva. As pessoas da avenida e de outros sítios do casco urbano das cidades, haviam de saber que se não repararem aquilo que têm, se deixarem cair, a área construtiva que vão ter vai ser apenas uma percentagem daquela que estava construída, isto é, há que incentivar fortemente neste caso as pessoas a fazerem a reconstrução dos seus imóveis, a não os deixarem degradar-se, é tão simples como isso.

Eu tenho mil metros construídos na avenida, tenho lá mil metros de superfície coberta, se eu deixar cair, as pessoas dizem, deixa cair que depois vêm cinco pisos ou seis... — não, não, eles têm que saber que se cair ficam só com oitocentos metros de construção ou setecentos metros de construção ou o que quiserem.

Outra medida de política que a Câmara já podia ter feito é fazer a diferenciação positiva das taxas ao nível da reconstrução. Se formos fazer as contas bem feitas, quem quer reconstruir paga tanto como quem quer construir e como é óbvio, quem quer reconstruir devia pagar muito menos do que quem quer construir. As licenças deviam ser mais baratas.

Finalmente uma outra medida que poderia fazer com que estas zonas que se estão a degradar, não se degradassem tanto, que era haver taxas diferenciadas ao nível do IMI. Quem tiver prédios degradados e a maior parte das pessoas têm-no à espera que eles caiam, que é para

depois fazerem lá um mamarracho como aqueles que têm sido feitos na avenida em cima, essas pessoas se não reconstruírem, têm taxas de IMI agravadas três ou quatro vezes, para que obviamente sejam obrigados a reconstruir e as cidades (não é só Aveiro), principalmente na sua malha histórica e na sua malha mais antiga, vá apodrecendo lentamente; e por exemplo em Lisboa e noutras cidades, até vêm interesses estrangeiros que compram quarteirões inteiros, mas o que esperam daquele quarteirão é que ele caia. Eles não querem de facto comprar nada, o que eles estão à espera, eles não vieram comprar as casas, eles vieram comprar a capacidade construtiva que vão ter, aumentada, caso se dê a felicidade das casas caírem ou se incendiarem.

São essas medidas de política que deviam ser tomadas por uma Câmara em Aveiro — adoptar medidas. Mas obviamente estas são medidas que implicam algumas opiniões menos favoráveis eleitoralmente da população; e é obvio que quando aqui toca nalguma coisa que haja alguma pessoa que diga não, adia-se! Adia-se, não. Faz-se apresentar um porta-voz para vir apresentar mais uma série de banalidades que espremidas, espremidas, não dão nada.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [033](#)

“Uma saudação muito especial às iniciativas da Associação Comercial de Aveiro e também aos Amigos de Avenida, pelo facto de serem representantes da sociedade civil que têm espontaneamente apresentado e apresentaram, propostas e têm reflectido sobre a realidade da Avenida.

E também uma saudação à Câmara Municipal de Aveiro por ter estado a conduzir este processo e ter permitido através dessa condução do processo nós pudéssemos ter aqui uma Assembleia Extraordinária para poder debater aquilo que queremos para o futuro da Avenida. Todas as intervenções tiveram uma tónica comum, é que é urgente haver uma intervenção na nossa Avenida, aliás aquilo que nós chamamos mesmo a Avenida, a Avenida Dr. Lourenço Peixinho é a nossa avenida, é a avenida.

Agora qual é a melhor intervenção, aí é que parece que há várias formas de pensar e por isso é de todo pertinente que haja este período de reflexão, este período de auscultação de diferentes opiniões, de formação do processo político por parte da Câmara Municipal de Aveiro, que é o envolvimento dos cidadãos. Aliás é uma bandeira da coligação “Juntos por Aveiro”, envolver os cidadãos naquilo que são as questões da causa pública.

E muito bem que mais uma vez é isso que está a acontecer, temos que dar tempo ao tempo, para que isso aconteça e depois de termos um conjunto de ideias, temos que ver a sua exequibilidade, temos depois que encontrar formas de financiamento, já aqui o meu colega Paulo Anes apresentou algumas formas de financiamento e que não as vou repetir, mas fazem todas parte deste conjunto de iniciativas que nós temos que ter, olhar para as ideias e saber como é que as havemos de concretizar e sabermos que temos financiamento para as podermos fazer.

Agora também me parece que há aqui uma ideia que é muito importante que é aquilo que nós não queremos é descaracterizar a avenida. E foi isso que se passou com algumas medidas avulso que o Partido Socialista ainda agora aqui acusou esta Câmara de Aveiro, que foi o que aconteceu há relativamente pouco tempo, senão lembremo-nos: - qual foi o debate público que houve em Aveiro, para se prolongar a Avenida Dr. Lourenço Peixinho com um túnel? Quem é que discutiu isto? Alguns de nós discutimos isto? Não, ninguém. Não foi uma medida avulsa? Houve algum planeamento para se poder fazer isto? Completamente avulso!

Por exemplo o que se passou, aquela vergonha que foi o prédio Severino Duarte? Aquela solução que neste momento ali está, com uma fachada que não é a fachada original, que não se sabe bem se aquilo foi uma reabilitação urbana, se foi uma construção nova. Conclusão, mais uma vez uma medida completamente avulso e um remedeio que neste momento nós temos feito por quem? Feito pelo partido socialista de Aveiro.

Em frente ao prédio Severino Duarte está um prédio embargado. Embargado por quem? Embargado pela coligação “Juntos por Aveiro”, porque não fazia sentido absolutamente nenhum que mais uma vez premiássemos empreiteiros que à revelia de tudo aquilo que é o planeamento continuam a construir. E por isso eu espero que esse prédio tenha a solução que é aquilo que todos nós esperamos, é que seja demolido aqueles dois andares que abusivamente construíram.

É isto que tem que acontecer, é isto que é o planeamento, é a correcção àquilo que foram aquelas medidas avulso que se estava a acusar esta Câmara de fazer, quando na realidade quem tem telhado de vidro não deve lançar as pedras.

E por isso, esta descaracterização não se pode fazer e por isso muitas das ideias que aqui apareceram nós temos que ter todo o cuidado para não descaracterizarmos, não delapidarmos o nosso património.

É claro que nós queremos mudar. É claro que nós já identificámos uma série de problemas para a nossa avenida. É claro que nós queremos reabilitar o comércio tradicional. É claro que nós queremos fazer uma série de coisas, agora temos que ter todo o cuidado para que realmente essas intervenções sejam feitas da maneira correcta, da maneira que no futuro nos possamos orgulhar e de dizermos, nós participámos nesse debate, nós fizemos parte da solução, por exemplo como nós agora nos podemos orgulhar e eu orgulho-me disso, alguns que estamos aqui também nos orgulhamos, de dizermos que nós fizemos parte da solução daquilo que é agora o Fórum de Aveiro.

Por exemplo penso que isso foi no passado, ainda o Dr. Alberto Souto não estava cá, mas um processo que todos nós aqui membros da Assembleia Municipal na altura, juntamente com a Câmara, pudemos contribuir para um planeamento como deve ser, com várias propostas que vieram a esta Assembleia e várias alterações que se puderam fazer, até neste momento temos um centro cívico dos quais os aveirenses se orgulham.

E agora aquilo que nós queremos é pelos vistos, nós já temos muitas ideias, temos muitas soluções e ainda por cima sabemos como é que se faz bem, porque aquilo que se passa exactamente por trás da avenida e aqui o que se passa por trás da avenida é o centro cívico do Fórum Aveiro, temos que também conseguir fazer com que a Avenida volte a ser o centro cívico de Aveiro. Por isso há ideias, há soluções e queremos que essas soluções possam ser uma realidade.

Quanto à proposta que nos aqui foi apresentada de uma nova ponte sobre o canal, gostaria também de fazer esta reflexão, à primeira vista até posso dizer esta ideia até me agrada, esta ideia agrada-me. Agora coloco outra questão, até que ponto é que não vamos descaracterizar aquilo que é o nosso Centro de Aveiro. Aquilo que é a zona do Rossio, aquilo que são os moliceiros a poderem ser vistos de longe, toda uma conjuntura de vivência cívica que Aveiro tem e que iria ficar descaracterizada.

É só uma reflexão que estou a fazer, e por isso é uma ideia que aparentemente agrada, como solução viária, tenho a certeza que é excelente. Em termos paisagísticos, em termos urbanos, em termos de valorização do nosso património de centro de cidade, tenho as minhas dúvidas e por isso não tenho as minhas certezas, tenho só dúvidas e por isso é um assunto que se deve ponderar muito bem e gostaria de voltar a este tema no futuro.

Falando de descaracterização, só mesmo para acabar, só um lamento, lamentar que os barcos moliceiros que estão no nosso canal central estejam descaracterizados. Aqueles barcos que estão no canal central com as proas truncadas não são moliceiros e por isso nós temos que ter uma posição que acho que devia ser uma posição forte, para obrigar os utilizadores turísticos que ainda pelos vistos querem lá pôr mais barcos moliceiros, a colocarem na realidade barcos moliceiros e não barcos moliceiros truncados. Porque é muito fácil, há soluções técnicas como por exemplo tira a proa, põe uma proa, a proa pode ser amovível, a proa pode ter uma dobradiça, pode haver uma série de outras ideias que se podem surgir.

Agora nós não devemos abdicar que no nosso centro da cidade, tenha os barcos moliceiros e os barcos moliceiros inteiros. Podem ter motor, mas tem que ser é barcos moliceiros inteiros e as proas fazem parte dos barcos moliceiros.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰³⁴

Vogal Nelson Peralta (BE) ⁰³⁵

Vogal Sérgio Loureiro (PPD/PSD) ⁰³⁶

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰³⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰³⁸

“Eu iria apenas tentar dar nota de duas ou três coisas; não vou responder às pessoas individualmente.

Só uma pequena nota em relação às placas que foram aqui referidas pelo Dr. Miguel Fernandes de quinze para três estacionamentos reservados. Só uma nota e isto para informar a Assembleia. Nós também nunca entendemos a existência de tantos lugares reservados na cidade. E a partir de um de Janeiro começamos a retirar esses sinais em articulação com as entidades que tinham esses lugares reservados. Portanto, tem sido um trabalho aqui do Dr. Miguel Capão Filipe, paciente, junto de cada entidade, mas tendo sido já retiradas muitas placas porque havia cidadãos de primeira e de segunda e não seria correcto.

Só para agradecer, tenho esse dever, em nome do município, para agradecer às pessoas, aos cidadãos, aos técnicos, aos aveirenses, todos os que aqui estivemos nesta Assembleia. É um exemplo de cidadania activa, séria e responsável. Estão aqui, entendem que esse é o vosso dever e nós estamos muito gratos pela vossa participação.

Pedia desculpa institucional ao Dr. António Soares, por aquilo que foi dito aqui há pouco pelo senhor deputado. Como sabem ele trouxe aqui, como foi referido, a síntese de um seminário que decorreu com a participação de muitos elementos que aqui estão.

Trouxe aqui a síntese dos princípios que muitos cidadãos defenderam juntamente com os técnicos, relatou aqui essa síntese desse trabalho forte que foi desenvolvido por todos.

A consideração que houve de alguém foi: “vem para aqui dizer banalidades”! Isto é, peço também desculpa a vocês e a todas as pessoas que estão envolvidas nesta acusação sem qualquer fundamento.

O importante aqui é que está a Avenida em debate, a nossa menina dos olhos, está a ser discutida, está a recolher entusiasmo. Pela primeira vez, o que já não acontecia há muitos anos, a avenida até consegue que se criem associações, movimentos cívicos aqui, assim, consegue aqui que a Ordem dos Arquitectos, que os Amigos da Avenida, que o Presidente da Associação Comercial, que o Eng.º Estrela Esteves, o Eng.º Canas, aqui venham fazer comunicações. Eu acho que isto é uma grande riqueza. Esta é a maior riqueza de todas exactamente esta participação.

Eu vou daqui mais rico do que quando cheguei, mais informado, aprendi aqui muito. Aprendi por exemplo aqui (e não relatar tudo), um conselho sábio que é: não se pode ser apressado! É um conselho sábio nestas coisas em termos de intervenções urbanas. O pior erro que nós cometemos é querer decidir, é querer fazer logo, e depois sai asneira a seguir.

Exige-se serenidade, exige-se participação. Fundamentalmente isto, exige-se participação, porque todos nós cometemos muitos erros e por isso é sempre bom ouvirmos o maior conjunto possível de pessoas para nos ajudarem.

Em relação a estas intervenções nós temos uma ideia e a ideia mais forte de todas é que estas intervenções não podem passar só pela cabeça de uma pessoa. Não podem passar só pela cabeça de uma pessoa.

Eu sei que essa é a tendência natural, é que cada um de nós poderá julgar que Deus quando distribuiu a competência para fazer o planeamento ou fazer estudos urbanísticos, atribuiu só

competência a uma pessoa ou a duas. Não! Atribuiu a todos nós. Esse é o maior erro que nós podemos cometer.

Essa é a ideia forte que nós temos, é que em grandes intervenções urbanísticas estruturantes para Aveiro há-de acontecer sempre este processo que está aqui a acontecer e esta serenidade, esta calma, e esta não pressa, que aqui foi referida.

Estão aí os trinta princípios. Os princípios desenham aquilo que nós queremos que seja concretizado; os princípios, é sempre um momento que antecede o próprio desenho. Tivemos aqui já desenhos. Saímos daqui mais enriquecidos em relação a esses princípios, mais enriquecidos para os poder corrigir ou adoptar ou valorizar e acreditamos que convosco, com a vossa participação, nós vamos ser dignos da história e da memória da nossa avenida.

E fazer aqui um apelo final que é importante. O momento não é naturalmente muito propício para isso, mas a avenida exige pelos seus 90 anos, pelo seu percurso, pela sua importância, exige que haja união em torno deste procurar de uma solução que seja boa para todos.

E acredito que com todos, com a colaboração de todos, nós vamos cumprir a nossa obrigação de autarcas e de cidadãos e vamos construir uma avenida muito melhor para os nossos netos.”

Seguidamente, a Presidente da Mesa⁰³⁹, nos termos regimentais, colocou à votação do plenário, o prolongamento da sessão extraordinária, para a realização de mais uma reunião, sendo o mesmo aprovado por maioria.

Presidente da Mesa: ⁰⁴⁰

“Antes de encerrar o ponto que estivemos a debater, a Mesa gostaria de agradecer ao Eng.º Canas, ao Arqto. Ricardo Melo, ao Eng.º Estrela Esteves, ao Dr. José Mota, ao Dr. Jorge Silva e ao Dr. António Soares, uns com as visões mais práticas, outros mais pragmáticas, outras cosmopolitas, outras mais mundividentes, que nos trouxeram aqui e que demonstram bem que a requalificação da Avenida Dr. Lourenço Peixinho diz muito ao aveirenses e é um pólo de congregação de boas vontades e sobretudo de estudo e de entrega e de empenho para que esta artéria, que é uma artéria importantíssima da cidade de Aveiro, tenha o que merece. Ou seja, o afecto e a vivência dos seus munícipes e dos seus visitantes.

Queria também dizer, por curiosidade, que durante esta sessão, inscrevi no meu faceboock, que estávamos a fazer o debate desta requalificação da avenida mais importante de Aveiro e que tínhamos aqui entidades e personalidades convidadas da sociedade civil e uma assistência de público considerável a assistir. E tive feedback de: “quem dera que isso se passasse em Almada” — que pelos vistos não tem um único elemento da sociedade civil que participe nas sessões da sua assembleia municipal.

Por isso, isto é prova de que os aveirenses estão atentos à sua vida colectiva e participam com gosto nela. E eu, enquanto porta-voz da Mesa da Assembleia Municipal, testemunho com muito orgulho esta participação cívica e este sinal de cidadania. Muito obrigado a todos. Bom fim-de-semana.”

Não havendo mais intervenções, a presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Extraordinária de Junho, informando que a próxima reunião desta sessão será no dia 01 de Julho (4.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 01:30 horas do dia 27 de Junho de 2009.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:00)